

O EFEITO DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS NOS ORÇAMENTOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE DE 2004 A 2017¹

THE EFFECT OF ELECTORAL POLITICAL CYCLES ON THE BUDGETS OF RIO GRANDE DO SUL'S MUNICIPALITIES: AN ANALYSIS FROM 2004 TO 2017

Ana Caroline Lemos Allama²

Diego de Oliveira Carlin³

RESUMO

O presente estudo busca analisar o comportamento das despesas orçamentárias dos municípios gaúchos, nos anos de 2004 a 2017, e sua relação com os ciclos políticos eleitorais. Partindo-se do pressuposto de que a área da contabilidade relacionada à elaboração do orçamento público é uma das principais bases para tomadas de decisão dos gestores públicos. A pesquisa é descritiva, utiliza o método quantitativo para abordagem do problema e documental no que tange aos procedimentos utilizados. Foram analisadas as variações das despesas correntes e de capital no período citado, com foco nos grupos “despesa de pessoal e encargos sociais”, “outras despesas correntes” e “despesas de investimento”, em um total de 430 municípios, com o objetivo de identificar se há relação dessas variações com o ciclo político eleitoral. Os resultados do estudo evidenciaram que os gastos municipais variam conforme a etapa do ciclo. Além disso, eles apresentam diferentes comportamentos quando há reeleição do partido e quando não há, sendo as despesas de capital, mais precisamente as despesas de investimentos, as mais afetadas por essas variáveis. O estudo contribui no quesito de acompanhamento das finanças públicas, e até mesmo como uma forma de aumentar a transparência dessas informações.

Palavras-chave: Ciclos Políticos Eleitorais. Orçamento Público. Gastos Municipais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the behavior of the budgetary expenses of Rio Grande do Sul state cities between 2004 and 2017 and its relation with the electoral political cycles, based on the assumption that the part of the accounting related to the public budget elaboration is one of the most important base to decision making from the public managers. This research was descriptive, classified as quantitative regarding the approach to the problem and also documentary concerning the used procedures. It was analyzed the changes in current and capital expenses in the period, focusing on some groups, such as: “personnel expenses and social charges”; “another current expenses”; and “investment expenses”, on a total of 430 cities with the goal to identify the possibility that these fluctuations are related to each political cycle. The results showed that the expenses change accordingly to the cycle. Besides that, it represents different behavior when there is a re-election of the party and when there isn't. Being the capital

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2019, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (la.anacaroline@gmail.com)

³ Orientador Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor Assistente do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (diego.carlin@ufrgs.br)

expenditure, more precisely the investment expenses, the most affected by these variables. This study contributes as a way of monitoring the public finances, helping even to increase the public transparency related to this kind of information.

Keywords: Electoral Political Cycles. Public Budget. Municipal Expenditures.

1 INTRODUÇÃO

A política sempre esteve, direta ou indiretamente, relacionada à economia. No Brasil, o governo tem um papel importante no setor econômico, com o poder de intervenção por meio de diferentes variáveis, tais como as econômicas, as fiscais e as orçamentárias. Esse papel existe em âmbito nacional e, também, dentro dos estados e municípios, e a intervenção pode ocorrer por diferentes motivos. Governantes podem intervir de acordo com o cenário, às vezes tomando atitudes que sejam capazes de simular um cenário econômico favorável quando a realidade é exatamente o contrário.

Relacionada ao contexto exposto, existe a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, que busca analisar a influência dos períodos eleitorais na atividade econômica e estuda a possibilidade de um governante utilizar variáveis políticas e econômicas em seu favor para manter-se no poder. No caso deste estudo, a Teoria servirá de base para avaliar se realmente ocorrem aumentos nos gastos municipais em anos eleitorais, visando à permanência no poder.

A contabilidade pública é um instrumento relevante para as tomadas de decisão dos gestores públicos, através do orçamento público. Os gastos públicos, a curto e médio prazo, no Brasil, são planejados previamente com a elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse sentido, o Plano Plurianual determina quais investimentos serão feitos pela administração pública por um período de quatro anos, ocorre no primeiro ano de governo e é revisado anualmente. Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são planejamentos anuais. A LDO define metas, com base no PPA, e destaca as que têm prioridade de realização; enquanto a LOA autoriza o Executivo a gastar os recursos arrecadados, direcionando os gastos e despesas do governo e indicando qual será o orçamento público para o próximo ano.

Os municípios devem elaborar seu orçamento, com base na arrecadação de receita estimada para aquele período. Após, devem fixar as despesas e definir as prioridades. Essas etapas definem a forma de atuação do gestor público responsável pelo período. A definição das despesas prioritárias, bem como sua revisão, durante o mandato do gestor, pode ser influenciada pelos ciclos políticos eleitorais.

Conforme afirmam Meneguín, Bugarin e Carvalho (2005), considerando a importância que os eleitores atribuem ao desempenho da economia no momento do voto, fica clara a existência de um incentivo que o político no poder dá à indução de um maior crescimento econômico, em períodos próximos às eleições, de forma que receba o bônus eleitoral desse crescimento. Essa ideia corrobora a tese de que dificilmente um governante implementaria políticas impopulares no período de eleições.

Contudo, muitas competências macroeconômicas são de responsabilidade da União e dos Estados, o que reduz a atuação do gestor municipal na economia. Por isso, esses gestores têm maior incentivo para atuar na alocação, ou realocação, dos recursos do orçamento municipal visando à reeleição ou a manutenção de seu grupo político. Assim, este estudo pretende responder a seguinte questão problema: quais são os efeitos dos ciclos políticos eleitorais nos orçamentos dos municípios gaúchos no período de 2004 a 2017?

Para tanto, esta pesquisa tem o propósito de fazer uma análise do efeito e dos orçamentos dos municípios gaúchos relativos aos últimos cinco ciclos políticos eleitorais. A partir desse objetivo geral, são apontados três objetivos específicos: (i) revisar a literatura sobre

finanças, orçamentos públicos e a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos; (ii) observar o comportamento das despesas em relação à reeleição de partidos; e (iii) comparar quais e quando foram as maiores despesas dos Municípios, dentro do período mencionado, e se houve alguma relação com o ano eleitoral.

Este estudo servirá de base para identificar os possíveis mecanismos de alterações orçamentárias nos municípios, considerando os ciclos políticos eleitorais, tendo em vista que as funções e ações do governo, principalmente no que tange ao orçamento e finanças públicas, devem ser de conhecimento e controle da população. Ademais, uma maior transparência nesse acompanhamento também é útil para facilitar o trabalho dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas e até mesmo o Observatório Social.

Além disso, os artigos científicos da área contábil relacionada à gestão, geralmente estão mais ligados às organizações privadas, restando um menor espaço na parte da gestão pública, que tem tanta importância quanto a privada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta aspectos importantes relacionados ao orçamento público e às características das receitas e despesas orçamentárias, bem como sua relação com a responsabilidade fiscal dos municípios e com os ciclos políticos eleitorais.

2.1 FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO

Nos três níveis da federação brasileira, o orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância; além de ser um dos mais antigos da administração pública. É ele o responsável pela organização dos recursos financeiros do governo e, por isso, é imprescindível observar as formalidades legais da e para sua elaboração.

O orçamento é composto pelo Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), que devem ser elaborados no primeiro ano de governo (no caso do PPA) e, anualmente, com vigência para o exercício seguinte (no caso da LDO e LOA). Deve sempre estimar a receita e da fixar a despesa para cada ciclo orçamentário. Assim, o processo acontece da seguinte maneira: primeiramente, o PPA é elaborado – que é o planejamento a longo prazo (4 anos), com o início da sua execução no segundo ano do mandato no qual foi elaborado -, então, a partir daí, formula-se a LDO, que define prioridades e metas do governo. Por fim, com base no PPA e na LDO, a LOA é elaborada, também, de forma anual, autorizando os gastos e definindo o orçamento público disponível para o ano seguinte. Assim, as despesas só poderão ser realizadas se forem previstas ou incorporadas ao orçamento.

Além do que fora citado, é importante observar o art. 2º da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, que cita que “A Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica, financeira e programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.”

A Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (2014, p. 5) acrescenta que o orçamento público é um instrumento de múltiplas funções: desde a função de controle político a mais clássica até outras mais contemporâneas, tais como a de planejamento, que está ligada à técnica de orçamento por programas e que foi incorporada mais recentemente. Ademais, esta define que “O orçamento deve espelhar as políticas públicas, propiciando sua análise pela finalidade dos gastos.”

Assim, considerando o cenário exposto anteriormente, entende-se que a elaboração do orçamento público é considerada também uma das mais importantes decisões na definição da forma de planejamento de um governo.

2.2 RECEITA E DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Receitas públicas são todos os recursos que ingressam aos cofres públicos e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias. De acordo com o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP (2018, p. 33), são orçamentárias quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário; ou seja, quando podem ser utilizadas para custear despesas.

Ademais, as receitas podem ser classificadas por natureza ou por fonte de recursos. A mais utilizada é a classificação por natureza da receita, representada por um número de código decimal composto por seis níveis, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação da Receita Orçamentária por Natureza

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA	
1º Nível	Categoria Econômica
2º Nível	Origem
3º Nível	Espécie
4º Nível	Rubrica
5º Nível	Alínea
6º Nível	Subalínea

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do MCASP (2018).

Nesse sentido, a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, apresenta duas categorias econômicas: (1) receita corrente e (2) receita de capital, divididas em grupos de acordo com sua origem, conforme apresentado no quadro anterior. Ambas as receitas são arrecadadas dentro do exercício financeiro e aumentam as disponibilidades financeiras do Estado. A diferença entre as duas categorias é que somente as correntes provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

Em relação à despesa pública, conforme cita o Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2018, p. 67), a “despesa orçamentária é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”. Elas também são classificadas em relação à sua natureza, em códigos de seis dígitos. Neste caso, são divididas em: (i) categoria econômica; (ii) grupo de natureza da despesa; e (iii) elemento de despesa. Referente à categoria econômica, apresentam-se como: (3) despesas correntes e (4) despesas de capital, onde “despesas correntes” são todas aquelas que não contribuem diretamente para a aquisição ou formação de um bem de capital.

A partir disso, o Quadro 2 apresenta os grupos de natureza da despesa.

Quadro 2 – Divisão das Despesas por Grupo de Natureza

Grupo de Natureza: Categoria Econômica	
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais - relativas às remunerações de servidores, qualquer que seja a espécie remuneratória, abrangendo inclusive aposentadorias, pensões, encargos sociais e contribuições relativas à previdência.
3.2	Juros e Encargos da Dívida - relacionado ao pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas.
3.3	Outras Despesas Correntes - despesas como aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos - abrange despesas com softwares, planejamento e execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis, instalações, equipamentos e material permanente.
4.5	Inversões Financeiras - relacionadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
4.6	Amortização da Dívida - pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de informações do MCASP (2018).

Além disso, a portaria n. 42/99, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), classifica as despesas orçamentárias por função e programas de governo, visando a identificar a ação pública desenvolvida. São 28 grupos de funções que classificam as despesas por categorias, tais como educação, cultura, saúde, saneamento, entre outras.

2.3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, é o principal instrumento de controle e disciplina das contas públicas. É válida para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas de governo. Utilizando como base a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como objetivo melhorar a administração das contas públicas através da instituição de normas, limites e metas que devem ser seguidas por todos os governantes. Além disso, determina que os esses políticos prestem contas sobre quanto e como gastam os recursos da sociedade, sob pena de sanções e punições em caso de infração.

Assim, essa Lei institui, em seu artigo primeiro, que a ação transparente e planejada é um pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal para se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse cenário, Xerez (2013, p. 10) afirma que “Em resumo, a LRF objetiva disciplinar a gestão dos recursos públicos e moralizar à execução dos seus investimentos”. Ademais, institui que as informações relacionadas à execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem ser disponibilizadas ao público em “tempo real”, conforme seu art. 48 e Lei Complementar n. 131/09.

2.4 TEORIA DOS CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

A Teoria dos Ciclos Político-Econômicos é dividida em dois tipos de modelos políticos: Modelos Oportunistas e Modelos Partidários. Por sua vez, ambos também podem ser classificados em: Modelos Clássicos ou Modelos Racionais.

De forma resumida, os Modelos Clássicos Oportunistas partem do princípio de que todos os políticos e partidos possuem a mesma ideologia. Nordhaus (1975) explica que os eleitores, geralmente, avaliam seus governantes de acordo com suas preferências. Ademais, a maior parte da população assume uma visão mais imediatista e de curto prazo nessa avaliação. Em seu trabalho, o autor (*ibid.*) afirma que, nos períodos eleitorais, governantes adotam políticas mais expansionistas para influenciar a decisão dos eleitores, reduzindo o desemprego por meio de pressão inflacionária. Em contrapartida, após as eleições, são adotadas políticas contracionistas para reequilibrar as finanças. Esses modelos consideram que o governante utilizará qualquer estratégia para permanecer no poder, sendo capaz até mesmo de ignorar as orientações do partido e a influência do mesmo sobre suas decisões”. Já os Modelos Racionais Oportunistas caracterizam por priorizarem a política fiscal, com redução de impostos, e maiores gastos e transferências para projetos imediatos e de maior visibilidade durante os anos de eleições, buscando a criação de uma assimetria de informações entre políticos e eleitores. Dessa forma, apesar de os eleitores serem racionais, os governos buscam se mostrar competentes, com a manipulação de informações referentes ao seu desempenho.

Por sua vez, os Modelos Clássicos Partidários, assim como os Modelos Clássicos oportunistas, utilizam o trade-off entre inflação e desemprego, porém, com a diferença de que, conforme o estudo de Hibbs (1977), esses modelos consideram a ideologia e a influência do partido nas decisões políticas. Além disso, consideram que partidos comprometidos com ideologias diferentes têm comportamentos distintos e procuram atender os interesses dos grupos com os quais possuem maior ligação ideológica. Surge assim, a ideia de partidos de esquerda e de direita. Por último, os Modelos Racionais Partidários, defendem a ideia de que, mesmo que haja expectativas racionais por parte dos eleitores, as eleições são consideradas incertas para o futuro. Considerando que partidos de lados diferentes escolhem políticas diferentes e os eleitores não sabem qual partido será eleito. Partindo desse princípio, Alesina e Sachs (1988), em um estudo dos ciclos políticos dos Estados Unidos entre 1945 e 1984, confirmaram a existência de viés político na escolha de políticas econômicas, bem como as diferenças entre os objetivos de cada partido.

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

Kutianski e Scarpin (2014) estudaram o comportamento das receitas e despesas de 1006 municípios dos três estados da Região Sul do Brasil, no período de 2003 a 2012. Utilizando, técnicas de regressão econométrica para dados em painel, analisaram despesas por função, despesas correntes, investimentos e despesas com pessoal, bem como receitas tributárias, receitas de dívida ativa e receitas de transferência voluntária. Por fim, concluíram que receitas e despesas podem ser sim influenciadas pelo calendário eleitoral. Nesse cenário, os grupos que mais apresentaram os reflexos do ciclo político eleitoral foram os das receitas de transferências voluntárias, das despesas com pessoal e das despesas de investimentos.

Além do estudo citado anteriormente, Gionedis e Guimarães (2016) analisaram 346 municípios do estado do Paraná, no período de 2003 a 2013. Foram considerados, pelos autores, os gastos realizados relativos a custeio e capital nas funções de saúde, educação, infraestrutura e, assim como no outro estudo, utilizaram a técnica de regressão de dados de painel. Nesse cenário, o estudo evidenciou que a teoria dos ciclos político-econômicos se mostrou válida, já que foi possível perceber a existência de um período eleitoral nas despesas analisadas pela

observação de um acréscimo dos gastos nos anos eleitorais e de uma redução dos mesmos nos anos pós-eleitorais.

Finalmente, De Araújo (2010) analisou as despesas dos 27 estados brasileiros, no período de 1995 a 2008. Foram avaliadas as despesas públicas relacionadas a custeio, capital, saúde e educação. O autor utilizou o método econométrico de dados, em painel dinâmico, para realizar seu estudo. A partir de suas observações, então, foi possível evidenciar a existência dos ciclos eleitorais nas eleições de 1998 e de 2006. Entretanto, essa existência não ficou explícita nas eleições de 2002. Ademais, ficou evidente, por meio de estimação econométrica, que o comportamento autocorrelacionado das séries de dados analisadas, que indica que o resultado presente depende de resultados passados a partir de um comportamento cíclico, determinado pelo período eleitoral, em que os gastos se expandem no ano da eleição e se contraem no ano posterior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada quanto a três aspectos: (i) à abordagem do problema; (ii) aos seus objetivos; e (iii) aos procedimentos técnicos utilizados. Em relação à abordagem do problema, esta pesquisa pode ser considerada quantitativa; pois, para se chegar à conclusão final, foi necessário analisar dados numéricos relacionados às despesas e receitas municipais, bem como seus comportamentos. Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é caracterizada como descritiva, pois descreve o comportamento ou relação dos ciclos eleitorais com as receitas e despesas municipais. No que tange aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo pode ser classificado como uma pesquisa documental, visto que teve como fonte de dados documentos e informações públicas referentes aos gastos e governos dos municípios, disponibilizadas através de sites como o do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O período de análise é composto pelos anos de 2004 a 2017, compreendendo 5 ciclos eleitorais que foram distribuídos da seguinte forma: ciclo 1 – 2004, ciclo 2 – 2005 a 2008, ciclo 3 – 2009 a 2012, ciclo 4 – 2013 a 2016, e ciclo 5 – 2017. Ainda, no que diz respeito à população do estudo, foram considerados 430 municípios, visto que, dos 497 municípios gaúchos, 67 municípios apresentaram informações incompletas em algum momento do período analisado.

Os dados contábeis e financeiros referentes às receitas e despesas de cada município, nesse período, estão disponíveis no site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através de consultas ao banco de dados das Finanças do Brasil (FINBRA). Já os dados relacionados a prefeitos e partidos políticos dos municípios foram coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A pesquisa considerou a despesa orçamentária total e suas duas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Além disso, foram analisadas individualmente as despesas por origem que mais impactam cada um desses dois grupos. Dentro das despesas correntes, foram analisadas as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e as Outras Despesas Correntes. No que tange às despesas de capital, avaliou-se individualmente, as Despesas de Investimentos, desconsiderando, dessa forma, os grupos “Juros e Encargos da Dívida”, “Inversões Financeiras” e “Amortização da Dívida”. Todas essas informações foram encontradas no site do Tesouro Nacional, no qual são coletados, por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN). É importante destacar que os dados analisados não foram reajustados de acordo com a inflação do período.

Dentro dos cinco ciclos analisados, foram verificadas as variações das principais rubricas dentro de cada ciclo, bem como entre um e outro. Além disso, a análise também

contemplou estudar o comportamento dos municípios onde houve reeleição de forma separada dos municípios onde não houve, mas comparando ambos ao comportamento da população total. Essas observações foram feitas por meio de cálculo da média aritmética dos valores anuais despendidos por cada grupo, bem como pela média das variações dos mesmos de um ano para outro. Buscando, dessa forma, identificar as relações existentes com os ciclos políticos eleitorais, bem como o perfil dos gastos públicos de cada município segundo este recorte.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção contempla os resultados da pesquisa com base na análise dos dados coletados. Sua estrutura é composta, primeiramente, pela apresentação dos dados, seguida pelas análises dos comportamentos das despesas de forma geral, e, depois considerando a reeleição ou não dos partidos dentro de cada ciclo e também entre eles.

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

As tabelas a seguir apresentam, de forma resumida, os dados coletados para elaborar a análise. A Tabela 1 apresenta a média anual das despesas de todos os municípios, bem como o percentual que cada classificação de despesa representa em relação ao total. Além disso, abrange a divisão, por anos, dos cinco ciclos políticos estudados.

Tabela 1 - Média Anual dos municípios por Grupo de Despesa (em reais)

CICLO	ANO	MÉDIA TOTAL MUNICIPAL										
		TOTAL DESPESA	DESPESA CORRENTE	PESSOAL E ENCARGOS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESA DE CAPITAL	DESPESA DE INVESTIMENTO					
1	2004	20.162.419	17.694.738	88%	9.427.142	47%	8.104.984	40%	2.467.680	12%	1.928.673	10%
	2005	21.037.342	18.933.034	90%	8.908.540	42%	9.876.254	47%	2.104.308	10%	1.534.732	7%
2	2006	23.870.026	21.304.137	89%	9.841.259	41%	11.330.480	47%	2.565.889	11%	2.053.627	9%
	2007	27.979.840	24.796.400	89%	11.968.040	43%	12.698.051	45%	3.183.440	11%	2.550.969	9%
	2008	32.806.668	28.025.664	85%	13.539.226	41%	14.329.908	44%	4.781.004	15%	3.781.836	12%
3	2009	33.473.494	30.119.789	90%	15.065.296	45%	14.878.595	44%	3.353.706	10%	2.425.670	7%
	2010	38.563.341	34.021.230	88%	16.956.558	44%	16.880.155	44%	4.542.112	12%	3.526.513	9%
	2011	44.030.502	38.787.097	88%	21.007.027	48%	17.544.079	40%	5.243.406	12%	4.073.028	9%
	2012	50.768.673	44.715.023	88%	25.217.004	50%	19.204.036	38%	6.053.650	12%	4.963.252	10%
4	2013	54.204.092	49.434.089	91%	28.721.508	53%	20.396.419	38%	4.770.003	9%	3.356.814	6%
	2014	61.946.521	56.215.580	91%	31.878.333	51%	23.978.775	39%	5.730.940	9%	4.266.473	7%
	2015	65.927.731	60.776.751	92%	35.240.162	53%	25.092.247	38%	5.150.979	8%	3.701.296	6%
	2016	72.743.387	66.972.679	92%	39.842.730	55%	26.600.149	37%	5.770.709	8%	3.977.710	5%
5	2017	75.156.220	70.757.460	94%	43.330.128	58%	26.903.933	36%	4.398.760	6%	2.583.757	3%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Na sequência, a Tabela 2 mostra quantos municípios foram governados por cada partido, em cada ciclo analisado, e em quantos estes foram reeleitos de um ciclo para o outro. É importante salientar que a reeleição se refere ao ciclo n para o ciclo n+1; ou seja, a reeleição indicada no ciclo 1, por exemplo, indica que o partido continuou no governo no ciclo 2. É possível notar que, em média, 42% dos municípios sofreram reeleição durante o período. Além disso, fica evidente que os partidos PMDB e PP são os que governam a maior parte dos municípios.

Tabela 2 – Municípios por partido e reeleições

Partidos	CICLO 1		CICLO 2		CICLO 3		CICLO 4		CICLO 5
	Total Geral	Reeleição em	Total Geral	Reeleição em	Total Geral	Reeleição em	Total Geral	Reeleição em	Total Geral
DEM*	11	1	14	0	11	5	8	3	8
PDT	62	29	79	28	52	23	56	20	68
PMDB	121	56	122	58	127	61	115	47	115
PP	152	54	119	66	130	56	116	53	129
PSB	7	4	6	2	9	4	17	6	21
PSDB	13	6	14	5	15	5	17	4	25
PT	33	17	38	23	52	24	64	12	27
PTB	28	7	29	14	29	8	25	6	24
Outros**	3	2	9	2	5	2	12	1	13
Total Geral	430	176	430	198	430	188	430	152	430

* O partido DEM se chamava PFL até 2007

**Outros: PCdoB, PHS, PL, PPL, PPS, PRB, PSC, PSD e PV

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A Tabela 3 ilustra os valores médios gastos por grupo de despesa nos ciclos analisados. Essa tabela foi elaborada a partir da separação dos municípios, pela quantidade de reeleições sofridas nos cinco ciclos analisados. Após isso, foi feita a média do total gasto, considerando cada grupo de despesa.

Tabela 3 – Média das Principais Contas por Grupo de Natureza da Despesa por Ciclo (em reais)

Nº de reeleições	Nº de Municípios	Classificações das despesas	Média				
			2004	2005-2008	2009-2012	2013-2016	2017
0	47	Pessoal e Encargos Sociais	7.311.875	9.822.984	16.398.082	28.704.310	36.864.769
		Outras Despesas					
		Correntes	6.049.140	8.895.545	13.207.793	20.255.181	22.243.166
1	152	Investimentos	1.857.384	2.363.788	2.781.549	2.715.096	2.097.116
		Pessoal e Encargos Sociais	14.118.471	15.020.830	26.916.102	46.746.473	59.121.745
		Outras Despesas					
2	151	Correntes	11.075.559	17.183.213	23.805.413	31.321.041	34.507.188
		Investimentos	2.500.968	3.009.205	4.976.650	4.781.416	3.174.264
		Pessoal e Encargos Sociais	5.462.622	7.026.185	12.174.069	21.131.104	27.515.632
3	62	Outras Despesas					
		Correntes	10.626.932	13.610.728	24.676.838	42.711.191	54.381.742
		Investimentos	10.709.333	14.821.853	21.789.523	32.500.116	37.932.182
4	18	Investimentos	2.508.016	3.583.747	5.600.952	5.190.635	3.320.259
		Pessoal e Encargos Sociais	4.459.963	5.998.277	10.068.157	16.246.486	21.459.835
		Outras Despesas					
Total Geral	430	Correntes	3.889.133	5.371.356	7.790.744	10.435.167	12.367.587
		Investimentos	970.287	1.481.862	2.012.421	1.794.345	1.235.016
		Pessoal e Encargos Sociais	9.427.142	11.064.266	19.561.471	33.920.683	43.330.128

Outras Despesas					
Correntes	8.104.984	12.058.673	17.126.716	24.016.898	26.903.933
Investimentos	1.928.673	2.480.291	3.747.116	3.825.574	2.583.757

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Já a Tabela 4 apresenta a média do total gasto pelos municípios de acordo com seu porte. Os intervalos de habitantes foram definidos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. Através do que é ilustrado a seguir, nota-se que a maior parte dos municípios se classifica como pequeno porte.

Tabela 4 - Média das Despesas por Faixas de Município (em reais)

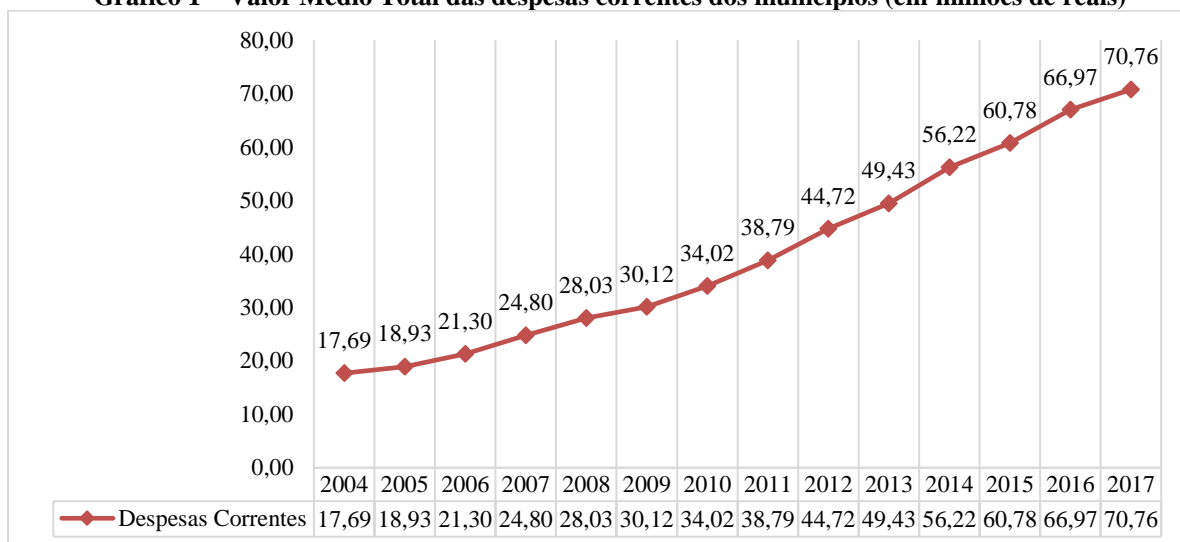
Porte	Nº de Municípios	Classificações das despesas	Média				
			2004	2005-2008	2009-2012	2013-2016	2017
Pequeno (até 50 mil hab.)	392	Pessoal e Encargos Sociais	3.559.991	4.691.680	8.154.268	13.819.457	17.933.006
		Outras Despesas Correntes	3.424.346	4.743.605	6.909.852	9.604.456	11.109.835
		Investimentos	813.938	1.284.525	1.882.499	1.882.825	1.357.680
		Pessoal e Encargos Sociais	22.047.406	27.609.646	48.791.378	86.579.004	115.574.920
Médio (de 50 a 100 mil hab.)	20	Outras Despesas Correntes	18.269.673	26.118.652	39.493.811	58.407.652	67.417.649
		Investimentos	4.745.139	6.964.168	7.663.166	9.589.685	6.150.083
		Pessoal e Encargos Sociais	123.178.127	131.461.282	235.507.347	413.171.466	516.151.002
		Outras Despesas Correntes	98.744.793	155.742.403	214.774.986	299.675.892	325.849.043
Grande (Mais de 100 mil hab.)	18	Investimentos	23.075.705	23.539.335	40.003.160	39.729.745	25.322.401
		Pessoal e Encargos Sociais	9.427.142	11.064.266	19.561.471	33.920.683	43.330.128
		Outras Despesas Correntes	8.104.984	12.058.673	17.126.716	24.016.898	26.903.933
		Investimentos	1.928.673	2.480.291	3.747.116	3.825.574	2.583.757
Total Geral	430						

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2 ANÁLISE DO EFEITO DOS CICLOS POLÍTICOS ELEITORAIS NO ORÇAMENTO

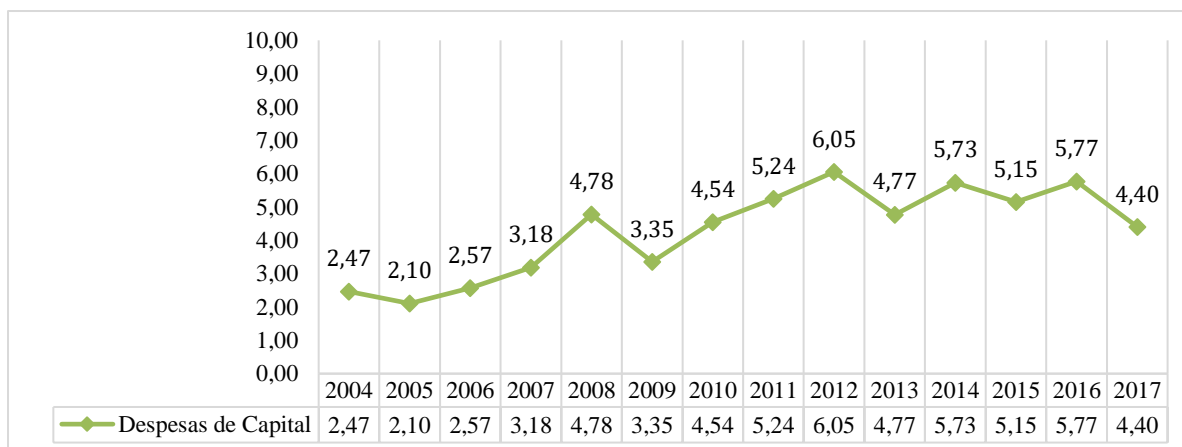
A análise se iniciou pelo comportamento dos dois grupos representantes das despesas orçamentárias: as despesas correntes e as despesas de capital. Os gráficos 1 e 2 apresentam, respectivamente, a média dos valores dessas contas de todos os municípios analisados.

Gráfico 1 – Valor Médio Total das despesas correntes dos municípios (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 2 - Valor Médio total das despesas de capital dos municípios (em milhões de reais)



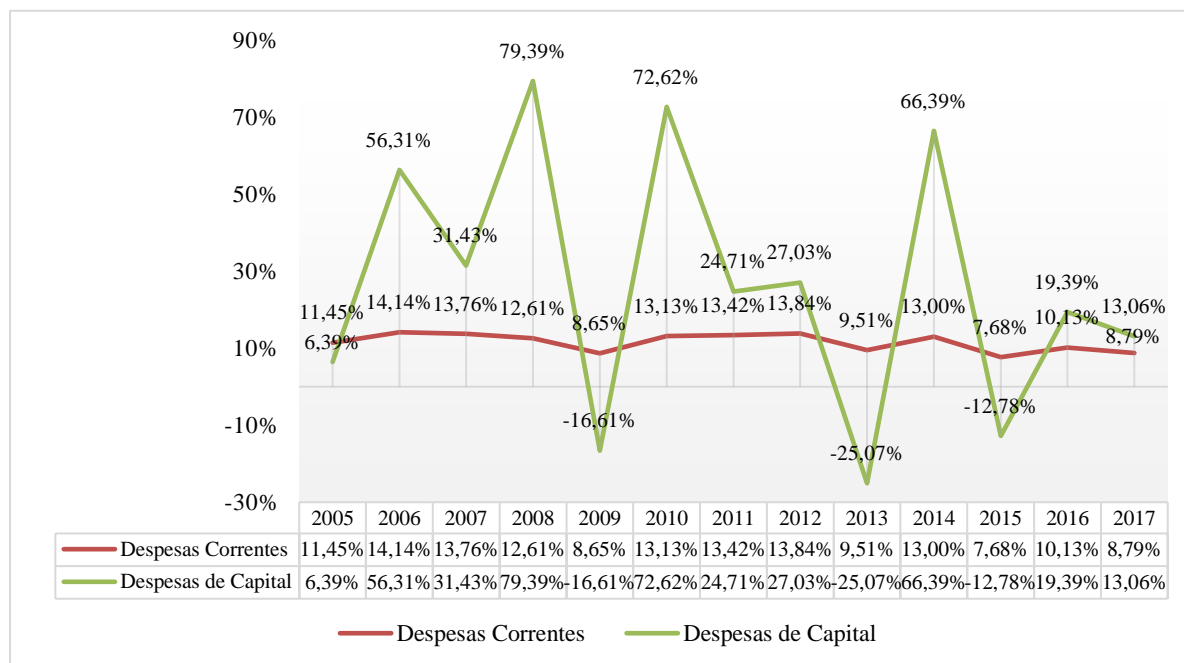
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Ao observar os gráficos anteriores, fica claro que os dois grupos se comportaram de maneiras distintas no período estudado. As despesas correntes só aumentaram ao longo do tempo, embora a linha não seja uma reta constante - o que indica que houve diferentes variações em seu aumento. É possível notar, por exemplo, que o segmento entre o ano de 2004 e 2005 não é tão íngreme quanto os segmentos entre 2005 e 2008, da mesma forma que o segmento entre 2008 e 2009 é menos íngreme que os de 2009 a 2017. Um segmento mais íngreme indica uma variação maior das contas; ou seja, nos anos de 2006 a 2008 e 2010 a 2017, os municípios gastaram mais em relação ao ano anterior do que nos anos de 2005 e 2009. É importante ressaltar que os dois últimos são anos iniciais de mandatos eleitorais.

Por outro lado, as despesas de capital contemplam variações crescentes e decrescentes ao longo do período. O gráfico 2 já inicia em um decréscimo na variação de 2004 para 2005, passa a crescer até 2008 e decresce novamente em 2009, por exemplo. Além disso, apesar de sofrer variações negativas e positivas constantemente, a partir de 2012, nota-se que as variações referentes a 2013 e 2017 se apresentam negativas; ou seja, é possível deduzir que a variação das despesas de capital nos primeiros anos dos mandatos é negativa, ao passo que a variação das despesas correntes é apenas menor do que as outras, mas ainda é positiva. Entretanto, é possível concluir que ambas as contas sofrem diminuições nos primeiros anos dos exercícios.

O gráfico 3 apresenta as médias das variações sofridas nas contas supracitadas para todos os municípios. Observa-se que, apesar de os gráficos 1 e 2 apresentarem comportamentos diferentes, aqui há uma certa correlação nas variações. Isto é, em quase todos os anos, as duas despesas aumentam e diminuem juntas, porém em proporções diferentes. Também se evidencia que as despesas sofreram seus acréscimos mais consideráveis em 2006, 2008, 2010, 2014 e 2016. Desses, 2008 e 2016 são anos eleitorais. Ademais, seus maiores decréscimos ocorreram em 2005, 2009, 2013, 2015 e 2017. Nesse cenário, apenas 2015 não é o primeiro ano de um ciclo político. Porém, também foi possível notar variação positiva, mesmo que discreta, nos anos eleitorais de 2012 e 2016, bem como queda logo após, em 2013 e 2017, respectivamente.

Gráfico 3 – Percentual Médio das Variações das Despesas Correntes e de Capital dos municípios



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2.1 Comportamento das despesas x Reeleição dos partidos

Com o objetivo de analisar os dados de forma menos ampla, esta etapa do estudo procurou estudar as despesas por grupo de natureza (GND), aprofundando-se no comportamento dos principais grupos dentro das contas de despesas correntes e de capital; ou seja, as contas que, ao sofrerem variação, causam mais impacto no valor total do grupo. As principais contas das despesas correntes são “despesas de pessoal e encargos sociais” e “outras despesas correntes” e a principal conta das despesas de capital são “despesas de investimentos”. A partir disso, além de analisar a relação das variações das despesas com os períodos eleitorais, também foi analisado se há algum tipo de relação entre elas e as reeleições dos partidos. Ou seja, se as contas sofreram impactos diferentes nos municípios onde o partido que estava no governo permaneceu no governo após a eleição, do que nos municípios onde os mesmos partidos não permaneceram no poder. Para isso, o Quadro 3 apresenta a quantidade de municípios que apresentaram ou não reeleição do partido governante de um ciclo para o outro.

Quadro 3 - Reeleição nos Municípios por ciclo

CICLO	Ciclo 1-2	Ciclo 2-3	Ciclo 3-4	Ciclo 4-5
-------	-----------	-----------	-----------	-----------

Reeleição sim	176	198	188	152
Reeleição não	254	232	242	278
Total	430			

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Anteriormente, na Tabela 3, também foi possível perceber que apenas 47 municípios não sofreram nenhuma reeleição durante todo o período analisado. Os outros 383 tiveram pelo menos uma. Entretanto, observando apenas pela tabela citada, é difícil estimar se as diferenças de valores que aparecem entre as classificações têm a ver com a reeleição ou se estão ligadas a outras variáveis, tais como quantidade e porte dos municípios que pertencem a cada grupo. Por isso, a partir desses dados, elaborou-se a Tabela 5, que mostra a diferença da variação entre as despesas dos municípios em que os partidos estão no segundo mandato; ou seja, foram reeleitos, e as despesas dos municípios onde os partidos não foram reeleitos, bem como do total de municípios.

Tabela 5 - Variação média das principais despesas GND totais, dos municípios com reeleição e dos municípios sem reeleição

CICLO	ANO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			OUTRAS DESPESAS CORRENTES			INVESTIMENTOS		
		Partido Não Reeleito	Partido Reeleito	TOTAL GERAL	Partido Não Reeleito	Partido Reeleito	TOTAL GERAL	Partido Não Reeleito	Partido Reeleito	TOTAL GERAL
1	2004	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	2005	8%	8%	8%	14%	18%	16%	10%	21%	14%
	2006	14%	14%	14%	17%	13%	16%	83%	63%	75%
	2007	17%	20%	18%	10%	10%	10%	34%	43%	37%
	2008	16%	15%	15%	13%	9%	11%	94%	85%	90%
3	2009	15%	14%	14%	3%	4%	3%	-22%	-13%	-18%
	2010	13%	13%	13%	16%	15%	15%	130%	76%	105%
	2011	15%	17%	16%	12%	11%	11%	27%	35%	31%
	2012	22%	18%	20%	9%	8%	9%	38%	45%	41%
4	2013	14%	17%	15%	2%	6%	4%	-34%	-22%	-29%
	2014	12%	12%	12%	17%	14%	15%	109%	70%	92%
	2015	10%	12%	11%	4%	3%	4%	-7%	-19%	-12%
	2016	12%	14%	13%	6%	7%	6%	17%	34%	24%
5	2017	10%	11%	10%	6%	8%	7%	19%	19%	19%

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É possível perceber que o comportamento das despesas cujos municípios tiveram reeleição aparece em maior harmonia com o comportamento do total do que o comportamento dos municípios onde não houve reeleição - já que esses últimos apresentam maiores diferenças em relação ao total. No caso das despesas com pessoal, a tabela mostra que os municípios sem reeleição tiveram variações maiores que a média total em 2008, 2009 e 2012; entretanto, mostra variações menores em 2007, 2011, 2013, 2015 e 2016. No caso das Outras Despesas Correntes, a variação foi maior nos anos de 2006, 2008, 2010 e 2014 e menor apenas em 2013 e 2017. Já na parte dos investimentos, ocorrem diferenças bem significativas, tanto para maior quanto para menor. As variações são maiores que a média em 2006, 2008, 2009, 2010, 2013 e 2014, e menores em 2005, 2007, 2011, 2012, 2015 e 2016. Além disso, é possível perceber que o intervalo das variações nas contas “pessoal e encargos sociais” e “outras despesas correntes”

não é tão grande, ficando sempre entre 2% e 22%, sendo a despesa de pessoal a que menos varia, enquanto no terceiro gráfico, esse intervalo passa de -34% a 130%.

4.3 ANÁLISE POR CICLO POLÍTICO

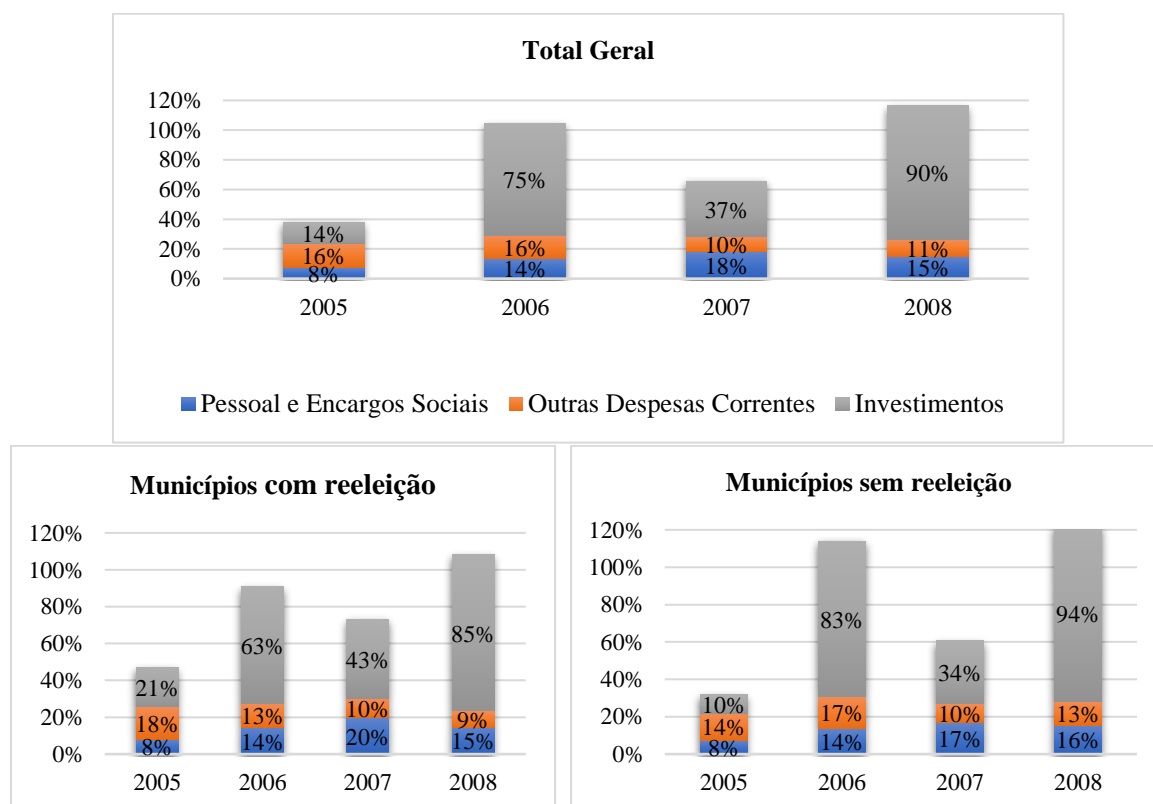
Para esta etapa, foi necessário estudar o comportamento de cada ano, dentro dos ciclos políticos escolhidos, para observar como foi a variação das despesas dentro do ciclo e de um ciclo para o outro.

4.3.1 Variação das despesas dentro do ciclo político

Começando pela análise do comportamento das variações dentro dos ciclos, é importante ressaltar que não foram considerados os ciclos de 2004 e 2017, visto que foram coletados dados de apenas um ano de cada mandato. Essa análise contempla apenas os três ciclos completos que fazem parte do período estudado.

O gráfico 4 apresenta as informações dos municípios no mandato de 2005 a 2008, em relação às variações de todos os municípios, às variações dos municípios com reeleição e aos municípios sem reeleição. Neste período houve reeleição em 176 municípios.

Gráfico 4 - Variação das Médias das principais despesas por grupo de natureza dos municípios com reeleição, sem reeleição e total geral, no ciclo 2



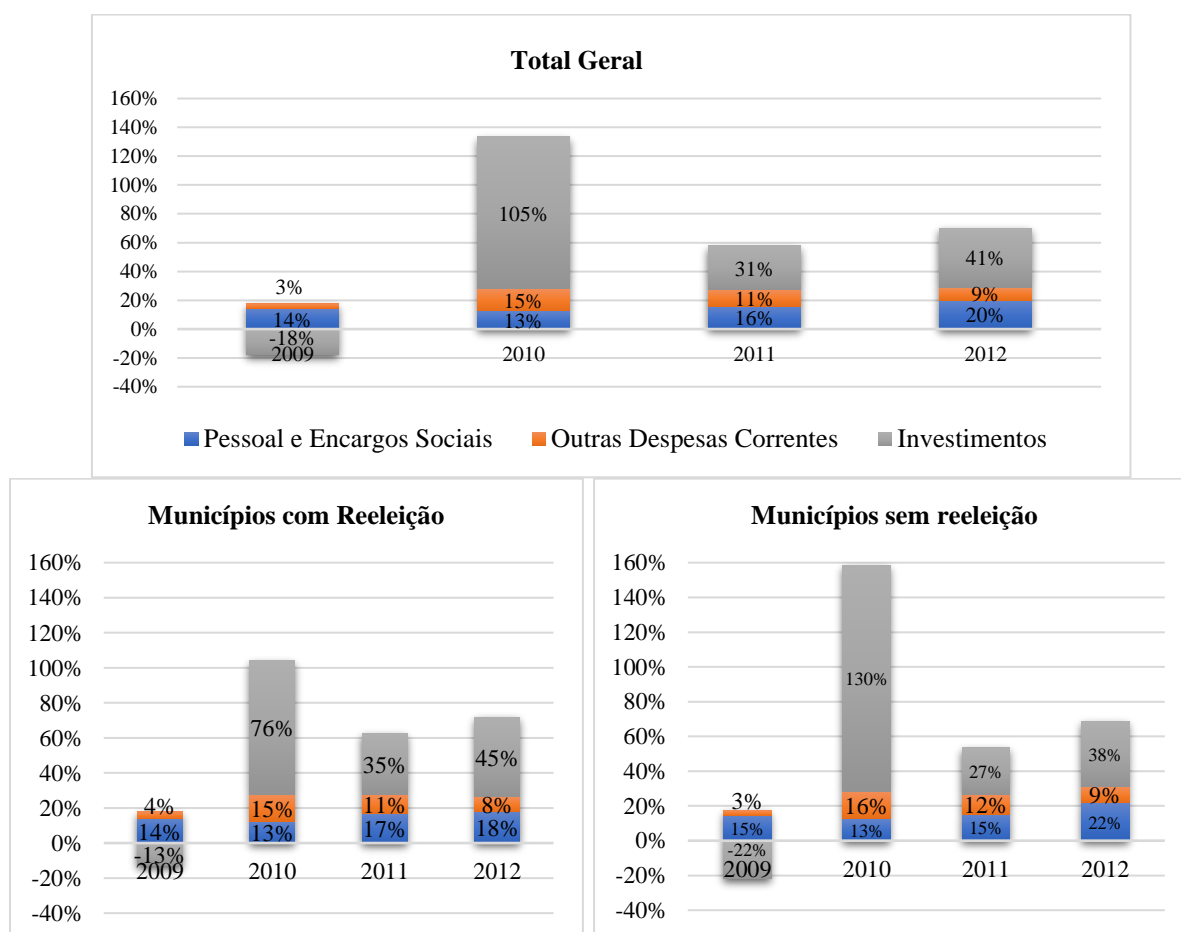
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É possível notar que, assim como nos gráficos anteriores, os três grupos se apresentam de forma parecida, mesmo com o fato de que, neste mandato, os números de municípios em que houve reeleição do partido são próximos do número de municípios onde não houve. Entretanto, para os investimentos, fica claro que nos municípios onde não houve reeleição, as variações de investimentos são mais consideráveis. Ao que parece, os municípios que não tiveram reeleição gastaram mais em investimentos no segundo e no último ano de mandato, e

menos nos primeiros e terceiro anos do ciclo. As despesas de pessoal e encargos sociais apresentam sempre o mesmo comportamento, mostrando seu ponto mais alto em 2007, terceiro ano do mandato. E, por último, nas “outras despesas correntes”, a variação só diminui ao longo do ciclo nos municípios com reeleição, enquanto nos municípios sem reeleição, ela aumenta discretamente no segundo ano do mandato, diminui no terceiro e aumenta novamente no último, assim como as despesas de capital, mas em diferentes proporções.

O gráfico 5 mostra o ciclo de 2009 a 2012, onde 198 municípios tiveram reeleição. Mais uma vez é perceptível a diferença na variação dos investimentos, passando de 120% no segundo ano dos municípios sem reeleição, enquanto no mesmo período, a variação dos municípios que tiveram reeleição não chegou a 80%. Em compensação, observa-se que os municípios com reeleição tiveram uma variação menos negativa em 2011. As despesas de pessoal e outras despesas correntes se comportaram de forma parecida nos três grupos analisados.

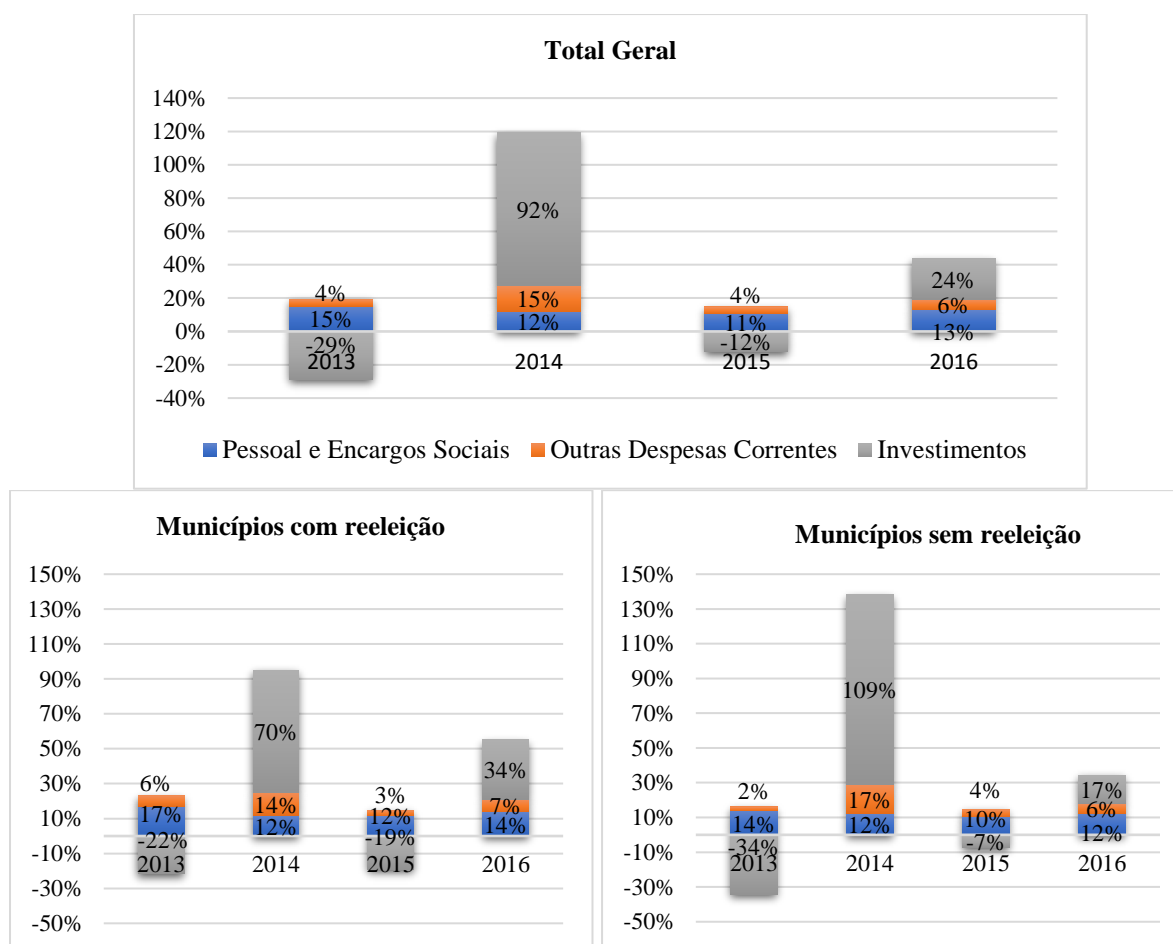
Gráfico 5 - Variação das Médias das principais despesas por grupo de natureza dos municípios com, no mínimo, uma reeleição, sem reeleição e total geral, no ciclo 3



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O próximo gráfico representa o governo de 2013 a 2016. Em que 188 municípios apresentaram reeleição. Novamente é possível notar que o gráfico dos municípios sem reeleição é o que possui os pontos mais baixos e mais altos em relação às despesas com investimento. Além disso, as despesas de pessoal e outras despesas correntes se comportaram de forma semelhante, com exceção de uma variação um pouco maior no ano de 2014 nos municípios onde não houve reeleição.

Gráfico 6 - Variação das Médias das principais despesas por grupo de natureza dos municípios com reeleição, sem reeleição e total geral, no ciclo 4



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

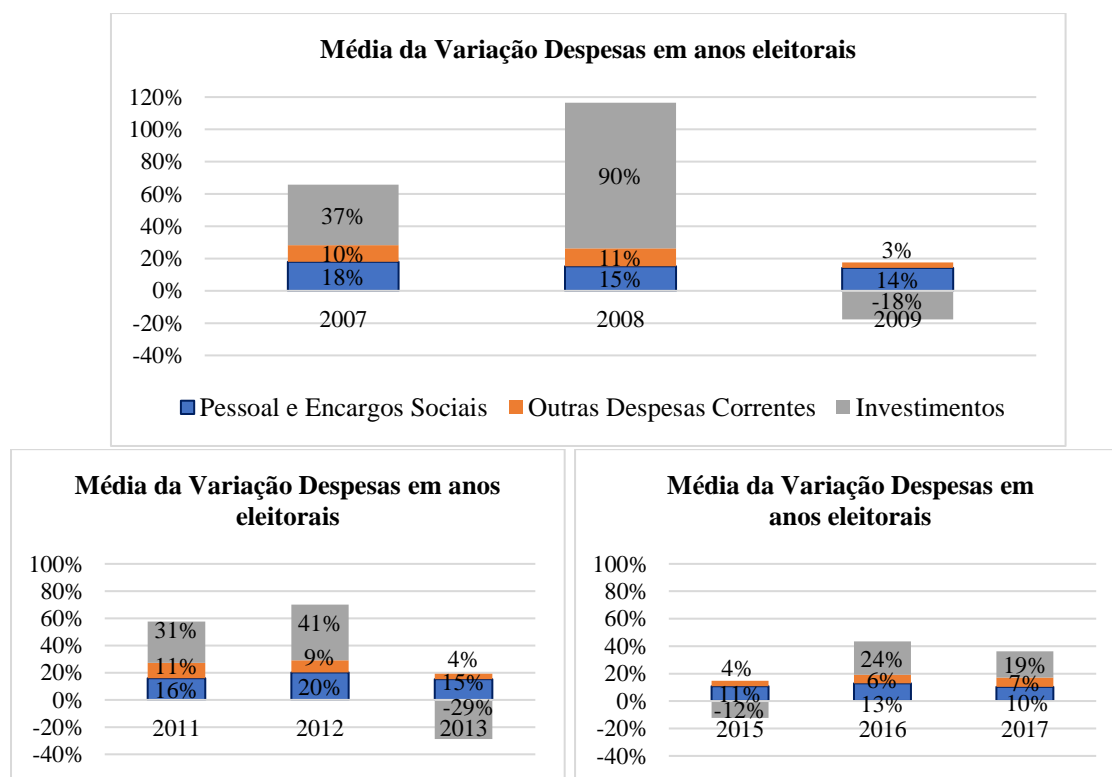
O comportamento das despesas dentro dos mandatos é semelhante. Em todos os ciclos, as despesas de investimento, as mais afetadas pelo período eleitoral, iniciam-se baixas no primeiro ano de mandato, crescendo no segundo, decrescendo novamente no terceiro e crescendo outra vez no último ano do mandato. Essa variação vai de encontro com os Modelos Racionais Oportunistas, que sugerem maiores gastos em projetos mais visíveis e imediatos, que podem se aplicar a obras de reforma, construções rápidas, pavimentações, classificáveis como Investimentos. Além disso, ficou claro nos gráficos apresentados que os municípios sem reeleição foram os que apresentaram maiores diferenças entre picos e vales dentro dos ciclos. Em relação às duas contas das receitas correntes, nenhum gráfico contou com variações bruscas. Em todos os anos, elas apresentaram um comportamento mais constante do que as de investimento.

4.3.2 Análise entre ciclos

Na sequência, foi analisado o comportamento das despesas entre o final de um ciclo e o início do outro. Para isso, foi considerado o ano pré-eleitoral, o ano eleitoral e o ano pós-eleitoral, onde ocorre o primeiro ano de mandato. Em todos eles, é possível perceber que as somas das despesas se comportam de acordo com o que indica a Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, com maiores gastos no ano eleitoral e políticas mais recessivas no ano seguinte. Observando cada conta separadamente, os investimentos sofrem uma variação maior nos anos eleitorais, do que nos anos que antecedem e sucedem as eleições. Já as despesas de pessoal

variam, elas decrescem no período de 2007 a 2009, mas nos períodos de 2011 a 2013 e 2015 a 2017 apresentam seu ponto mais alto nos anos eleitorais. E, por fim, as outras despesas correntes só diminuem entre 2011 e 2013, só aumentam nos anos de 2015 a 2017 e entre 2007 a 2009 apresentam uma variação discretamente mais alta no ano eleitoral.

Gráfico 7 - Variação das Médias das principais despesas por grupo de natureza dos municípios, em anos pré-eleitorais, eleitorais e pós-eleitorais



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diferentes variáveis capazes de influenciar o comportamento dos gastos municipais. O objetivo desse estudo foi verificar se os ciclos políticos eleitorais fazem parte desse grupo de variáveis, com base em uma análise dos orçamentos dos municípios gaúchos relativos aos últimos cinco ciclos.

A análise apontou que os ciclos citados podem sim ser uma das variáveis. Primeiramente, pelo fato de que todos os ciclos político-eleitorais analisados apresentaram comportamentos semelhantes em relação às despesas: pouca variação nas despesas correntes, e variação significativa nas despesas de capital ou despesas investimento. A explicação para isso pode estar relacionada ao fato de que as despesas correntes estão ligadas a necessidades constantes dos municípios, que devem ser supridas em todos os anos, como a remuneração dos servidores e políticas públicas; por exemplo, enquanto as despesas de capital estão atreladas à construção, reforma e aquisição de bens, que são despesas mais maleáveis, como por exemplo, pavimentação de ruas e reformas de escolas municipais.

Em relação à variação das despesas de investimento, apesar de serem as despesas com os valores mais baixos das três estudadas, foi a que mais chamou atenção. Já que, em todos os ciclos, seu comportamento apresentou a mesma tendência: ano inicial baixo, crescendo no segundo ano do mandato, decrescendo no terceiro e subindo novamente no último ano, que é

o ano eleitoral. Esse tipo de variação pode ter relação com a elaboração do orçamento, visto que, no primeiro ano do mandato o governo ainda está elaborando o PPA, a LDO e a LOA, que definirão sua forma de atuação somente a partir do segundo ano do mandato.

A reeleição dos partidos também aparece como uma variável que pode ter influência nos gastos, considerando que as despesas dos municípios onde não houve reeleição apresentaram comportamentos um pouco diferentes em comparação às despesas dos municípios onde a mesma ocorreu. A maior diferença de variação é notada novamente no grupo de investimentos, que, em todos os três ciclos, apresenta-se maior para os municípios sem reeleição no segundo ano e menor no terceiro ano. Esse fato pode estar ligado, também, à elaboração do orçamento, visto que partidos novos irão traçar novas diretrizes e metas para seu ciclo, enquanto os partidos reeleitos devem elaborar um PPA parecido com o anterior, dando continuidade aos projetos e metas definidos anteriormente.

Com relação à Teoria dos Ciclos Político-Econômicos, notam-se dois fatos: a variação das despesas de investimento sempre maior no ano eleitoral, em comparação ao primeiro ano do próximo mandato, e os maiores gastos nos ciclos dos municípios onde os partidos não foram reeleitos, visto que uma possibilidade para essa diferença pode ser a busca pela reeleição no próximo ciclo. Entretanto, esse estudo não se aprofundou o suficiente nessas situações para confirmar as duas hipóteses.

Por fim, apesar de ter concluído seu objetivo, esse estudo analisou o comportamento das despesas classificadas apenas por categoria econômica e origem. Recomenda-se novas pesquisas com análises das despesas por função, a fim de verificar se os ciclos políticos eleitorais mostram influência nas despesas municipais classificadas dessa forma e, se sim, quais são as funções mais influenciadas pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALESINA, A.; SACHS, J. **Political parties and the business cycle in the United States, 1948-1984**. Journal of Money, Credit and Banking, vol. 20, p. 63-82, 1988. Disponível em: <https://www.earth.columbia.edu/sitefiles/file/Sachs%20Writing/1987/MoneyCreditBanking_1987_PoliticalPartiesandtheBusinessCycle_1987.PDF> Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Decreto nº 7185, de 27 de maio de 2010. Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7185.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece

normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Lei nº 4320, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 8. ed. 2018. Disponível em:
<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6>. Acesso em: 03 mai. 2019.

CAMARGO, D. M. O. *et al.* **Análise do Processo de Elaboração e Execução do Orçamento Público do Município de Peruíbe/SP**. Disponível em:
<http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2014/orcamento_publico.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

DE ARAÚJO, J. M. **Relações entre Economia e Política: uma análise dos ciclos político-econômicos nos estados brasileiros no período de 1995 a 2008**. João Pessoa/PB. 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6437324.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Orçamento Público Conceitos Básicos Módulo 1 Introdução**. Brasília. 2014. Disponível em:
<<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2170/1/Or%C3%A7amento%20P%C3%ABablico%20Conceitos%20B%C3%A1sicos%20-%20M%C3%B3dulo%20%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Introdução ao Orçamento Público, Módulo 2 Receita e Despesa Públicas**. Brasília. 2017. Disponível em:
<<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%20%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

GIONEDIS, E. M.; GUIMARÃES, R. **Ciclos Político-Econômicos: uma análise dos gastos públicos do Estado do Paraná entre 2003 e 2013**. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.37, n.131, p.177-198, jul./dez. 2016. Disponível em:
<<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/796/1034>>. Acesso em 29 abr. 2019.

HIBBS, D. **Political Parties and Macroeconomic Policy**. American Political Science Review, Chicago, vol. 71, p. 1467-1487, 1977. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/profile/Douglas_Hibbs_Jr/publication/236869368_Political_Parties_and_Macro_Economic_Policy/links/00b49519bb12a9a254000000/Political-Parties-and-Macro-Economic-Policy.pdf> Acesso em: 01 jul. 2019.

KUTIANSKI, S.; SCARPIN, J. E. Influência dos Ciclos Eleitorais na Política Fiscal dos municípios da Região Sul do Brasil: Uma análise para o período de 2003-2012 via dados em painel. **XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro/RJ. 2014. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB44.pdf>. Acesso em 14 abr. 2019.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN M. S.; CARVALHO, A. X. **O que leva um governante à reeleição?** Texto para Discussão IPEA, n. 1135, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1135.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018

NORDHAUS, W. **The Political Business Cycle**. Review of Economic Studies, v. 42, n. 2, p. 169-190. 1975. Disponível em: <<https://academic.oup.com/restud/article-abstract/42/2/169/1580972?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 26 jun. 2018

PEIXOTO, A. E. T.; TIBURCIO, I. **Orçamento Público: Entenda como é definido**. 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/orcamento-publico-como-e-definido/>>. Acesso em: 02 mai. 2019.

XEREZ, S. R. D. **A Evolução do Orçamento Público e Seus Instrumentos de Planejamento**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIII, n. 000043. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_regis_1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.